

**Metrobus Transporte Coletivo S/A**

**Metrobus - Transporte Coletivo S/A**  
**Demonstrações contábeis de acordo com Práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2019**

**Balanco Patrimonial em 31 de dezembro**  
Em Reais Mil

	Notas explicativas	2019	2018		Notas	2019	2018
<b>Ativo</b>				<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	529	57	Fornecedores	10	8.525	6.554
Contas a receber	4	16.310	16.441	Salários e encargos sociais	11	6.693	5.306
Estoques	5	841	928	Impostos e contribuições a recolher	12	14.159	13.676
Adiantamentos	6	239	286	Contas a pagar	13	7.617	7.289
Impostos e contribuições a recuperar	7	30	386				
		<b>17.949</b>	<b>18.098</b>			<b>36.994</b>	<b>32.825</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				Provisão para contingências	14	16.973	14.028
Depósitos judiciais	8	8.800	3.745	Impostos e contribuições a recolher	12	8.113	5.253
		<b>8.800</b>	<b>3.745</b>			<b>25.086</b>	<b>19.281</b>
Investimentos		51	51				
Imobilizado	9	50.152	59.659	<b>Patrimônio líquido</b>	16		
		<b>50.203</b>	<b>59.710</b>	Capital social (a)		224.493	224.493
				(-) Capital social a integralizar		(2.790)	(7.337)
				Reservas de lucros		86	86
				Reservas de reavaliação		6.979	7.060
				Prejuízos acumulados		(213.896)	(194.855)
						<b>14.872</b>	<b>29.447</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>76.952</b>	<b>81.553</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>76.952</b>	<b>81.553</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações do Resultado**  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em Reais Mil

	Notas explicativas	2019	2018
<b>Receita líquida de vendas de serviços</b>			
Transporte urbano	15-a	79.277	75.979
<b>Receita líquida de vendas de serviços</b>		<b>79.277</b>	<b>75.979</b>
Custo dos serviços prestados	15-b	(78.000)	(94.076)
<b>Lucro (Prejuízo) bruto</b>		<b>1.277</b>	<b>(18.097)</b>
<b>Receitas e despesas operacionais</b>			
Despesas administrativas, e tributárias	15-c	(18.810)	(15.335)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		1.327	5.528
<b>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(16.206)</b>	<b>(27.904)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesas financeiras (Nota 15 - d)	15-d	(3.054)	(2.187)
Receitas financeiras		137	234
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(19.123)</b>	<b>(29.857)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-
<b>(Prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>(19.123)</b>	<b>(29.857)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstração do resultado abrangente**  
Em Reais Mil

	2019	2018
Prejuízo do exercício	(19.123)	(29.857)
Realização da reserva de reavaliação	84	84
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(19.039)</b>	<b>(29.773)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em Reais Mil

	2019	2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
(Prejuízo) do exercício	(19.123)	(29.857)
Depreciação e amortização	13.799	12.703
Resultado pela baixa do Imobilizado	12	4
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	2.945	890
	<b>(2.367)</b>	<b>(16.260)</b>
<b>(Aumento) diminuição de ativos</b>		
Contas a receber	131	(835)
Estoques	87	(243)
Impostos a recuperar	358	520
Depósitos judiciais	(5.055)	(923)
Adiantamentos	47	(7)
	<b>(4.432)</b>	<b>(1.488)</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivo</b>		
Fornecedores	1.970	(1.352)
Impostos e contribuições a recolher	3.341	(1.938)
Salários e encargos sociais	1.386	(533)
Contas a pagar	329	172
	<b>7.026</b>	<b>(3.651)</b>
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais</b>	<b>227</b>	<b>(21.399)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(4.302)	(1.872)
<b>Caixa Líquido consumido pelas atividades de investimentos</b>	<b>(4.302)</b>	<b>(1.872)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Aumento de capital	4.547	23.300
<b>Caixa Líquido das atividades de financiamentos</b>	<b>4.547</b>	<b>23.300</b>
<b>(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>472</b>	<b>29</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	57	28
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	529	57
	<b>472</b>	<b>29</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
Em Reais Mil

	Capital social	Reserva de lucros	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar			
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>194.493</b>	<b>(637)</b>	<b>86</b>	<b>(165.082)</b>	<b>36.004</b>
Integralização de capital	30.000	(6.700)	-	-	23.300
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(84)	84	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(29.857)	(29.857)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>224.493</b>	<b>(7.337)</b>	<b>86</b>	<b>(194.855)</b>	<b>29.447</b>
Integralização de capital	-	4.547	-	-	4.547
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(81)	81	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(19.123)	(19.123)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>224.493</b>	<b>(2.790)</b>	<b>86</b>	<b>(213.896)</b>	<b>14.872</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**1 Informações gerais**

A Metrobus Transporte Coletivo S.A., constituída em 29 de dezembro de 1997, é uma empresa de economia mista, que tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros no município de Goiânia, mediante contrato de concessão.

Em 20 de abril de 2011, foi celebrado entre a Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo - CMTC e a Metrobus Transporte Coletivo S.A, novo contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros correspondente ao lote nº 01 do sistema integrado de transporte da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo (SIT-RMTC). O prazo do referido contrato é de 20 anos contados da data de sua assinatura.

Em 06 de agosto de 2014, foi celebrado entre as Empresas Metrobus Transporte Coletivo S.A., Rápido Araguaia Ltda., Viação Reunida Ltda., Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás,

com interveniência do Consórcio da Rede Metropolitana de Transporte Coletivos da Grande Goiânia - Consórcio RMTC, e Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Goiânia - Setransp, instrumento de Acordo Operacional "Subsistema Anhanguera," para extensão dos serviços da linha estrutural do Eixo Anhanguera, pela Metrobus Transporte Coletivo S.A., alcançando o perímetro urbano dos municípios de Trindade, Goianira, e Senador Canedo. O prazo de vigência do referido acordo é de mesmo período de vigência do contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros mencionado no parágrafo precedente, e o rateio da receita tarifária do Subsistema Anhanguera previsto no item 8.4 do Acordo Operacional será na mesma proporção do quantitativo de alocação de frota para prestação dos serviços; 75,00% para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 12,50% para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 10,38% para a Empresa Viação Reunidas Ltda., e 2,12% para a Cooperativa de

Transporte do Estado de Goiás.

Em 14 de outubro de 2014, a Carta Conjunta nº EA-009/2014, suspende o critério de rateio definido no item 8.4 do Acordo Operacional de 06 de agosto de 2014, e institui a novo critério de rateio que passa a ser com base na receita média de cada concessionária, calculada com base nos últimos 06 meses, obedecendo aos seguintes percentuais, 47,30% para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 26,35% para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 14,12% para a Empresa Viação Reunidas Ltda., 8,50% para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, e 3,73% para a Empresa HP Transportes Ltda.

Em janeiro de 2016, a Companhia passou a integrar ao Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos – Redmob para de forma conjunta e compartilhada a: i) prestar os serviços de provimento, manutenção e operação de uma central de controle operacional, ii) prestar serviços de provimento manutenção e operação dos serviços de informação metropolitana, e iii) prestar serviços administração, operação, manutenção, limpeza, segurança e exploração comercial dos terminais de integração. Em 2018 a Companhia participou com os seguintes percentuais sobre as receitas e despesas geradas pelo Consórcio: i) 27,31% (janeiro a agosto), 26,02% (setembro a novembro). Conforme Proposta de Deliberação nº 04/2018 de 19/10/2018, da RedMob Consórcio, a partir de dezembro de 2018 o modelo de rateio de despesas de "custeio do consórcio" foi alterado pelo modelo de custeio consolidado do Sitpass e Consórcio no percentual de 15% (Sitpass 8% e Consórcio 7%) sobre o montante da receita operacional bruta de cada concessionária da RMTCC, vinculada a RedMob Consórcio.

A Companhia vem apresentando prejuízos operacionais e deficiência de capital de giro. A manutenção da atividade operacional, econômica e financeira da Metrobus Transporte Coletivo S/A depende, fundamentalmente, da reestruturação operacional, administrativa e financeira da companhia. No ano de 2019, a Empresa realizou consideravelmente uma otimização de Custos e Despesas.

## 2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros, que quando aplicável, são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 4 - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

Nota Explicativa nº 9 - Vida útil do imobilizado.

Nota Explicativa nº 14 - Provisão para contingências riscos cíveis e trabalhistas.

Nota Explicativa nº 18 - Eventos subsequentes – Efeito da Covid-19 nas demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Metrobus Transporte Coletivo S/A foram aprovadas pela Administração em 10 de junho de 2020, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após a data de encerramento de 31 de dezembro de 2019.

### Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá suprir a deficiência de capital de giro e obter com base em uma expectativa razoável a reestruturação operacional, administrativa e financeira da Companhia.

### Pronunciamentos novos e revisados

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC's/IFRS vigindo a partir de 2019 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

### 2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa e depósitos bancários.

### 2.3 Ativos financeiros

#### 2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

#### (a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, contas a receber, demais a receber e caixa e equivalentes de caixa.

#### 2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos das transações são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa de investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em despesas financeiras, no período em que ocorrem. Na data base dos balanços não foram apurados ajustes em decorrência da aplicação das normas contábeis.

Os juros calculados pelo método da taxa efetiva são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras.

#### 2.4 Contas a receber

As contas a receber são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. Tal avaliação é baseada na análise individualizada, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

#### 2.5 Estoques

Os estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada fixa.

#### 2.6 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada

pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 9.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

A média de vida útil do principal ativo imobilizado da Companhia, "Frota de Ônibus", é de 12 anos, igualmente, a média de vida útil mencionada no contrato de concessão, para substituição do ativo.

### 2.7 Intangíveis

#### Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada de 5 anos.

#### 2.8 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

No mínimo anualmente ou quando há indicativos de redução do valor recuperável de ativos, a Companhia elabora estimativa dos valores em uso das unidades geradoras de caixa e/ou dos valores justos líquidos de despesas de vendas. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Nenhuma evidência de perda foi identificada nos períodos apresentados.

#### 2.9 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

#### 2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC 25.

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

#### 2.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração as especificidades de suas operações.

#### Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

#### 2.12 Contrato de concessão

Pela concessão dos serviços correspondentes ao lote nº 01 Linha Eixo Anhanguera da Rede Metropolitana de Goiânia (RMG), contrato nº 001/2011, a Companhia "Cessionária" pagará mensalmente à CMTC, a título de Parcela do Poder Concedente – PPC o valor correspondente a 2% (dois por cento) da sua receita operacional bruta arrecadada da cobrança das tarifas.

### 3 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa e bancos	529	57
	<u>529</u>	<u>57</u>

### 4 Contas a receber

	2019	2018
Sitpass-subsídio Governo Estado de Goiás	↑	↑
Filial - C.M.T.C.	2.508	2.508
Repasso Estado Semi - Urbano Entorno de Goiânia	12.874	12.770
Outras contas a receber	4.132	3.873
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.205)	(2.711)
	<u>16.310</u>	<u>16.441</u>

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Metrobus Transporte Coletivo S.A. tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros, neste seguimento a receita da prestação de serviços é reconhecida diariamente.

A companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas.

O saldo de "outras contas a receber" inclui valores decorrentes de créditos devidos por empresas prestadoras de serviços, em que a Companhia foi responsável solidaria em débitos trabalhistas movidos contra aquelas empresas. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia, com base na análise individual de cada devedor, realizada pelos consultores jurídicos, efetuou o registro contábil em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2019	2018
Saldo inicial	(2.711)	(2.711)
Novos registros	(494)	-
Saldo final	<u>(3.205)</u>	<u>(2.711)</u>

### 5 Estoques

	2019	2018
Bens de Consumo – Operadora	821	889
Bens de Consumo Administração	20	39
	<u>841</u>	<u>928</u>

### 6 Adiantamentos

	2019	2018
Férias e 13º Salário	238	282
Outros	1	4
	<u>239</u>	<u>286</u>

### 7 Impostos e contribuições a recuperar

	2019	2018
Imposto de renda de aplicações financeiras	14	13



INSS desoneração da folha de pagamento	12	373
Outros impostos e contribuições	4	-
	<b>30</b>	<b>386</b>

**8 Depósito judiciais**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Saldo no início do período	3.746	2.823
Adições	5.656	2.627
Baixas/realizações	(602)	(1.705)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>8.800</b>	<b>3.745</b>

Os referidos depósitos estão atrelados a processos trabalhistas e cíveis movidos contra a Companhia.

**9 Imobilizado**

Composto pelos bens patrimoniais utilizados para geração de caixa da Companhia.

A companhia monitora os aspectos trazidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e avalia o valor recuperável de seus ativos sempre que identifica indícios de que o valor contábil registrado é superior ao retorno esperado para seus investimentos, realizando provisão contábil sempre que necessário.

Na data de fechamento das demonstrações contábeis, a administração entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos tangíveis pudessem ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas.

A movimentação do imobilizado em 2019 é demonstrada a seguir:

Descrição	Taxes		Saldo em		
	Anuais	31/12/2019	Adições	Baixas 31/12/2018	
<b>Imobilizado</b>		<b>50.152</b>	<b>(9.496)</b>	<b>(12)</b>	<b>59.659</b>
<b>Imobilizado Operadora</b>		<b>43.173</b>	<b>(9.413)</b>	<b>(12)</b>	<b>52.598</b>
<b>Operadora</b>		<b>137.694</b>	<b>- 4.302</b>	<b>(169)</b>	<b>133.560</b>
Equipamentos/Instalações		747	13	(21)	755
Moveis e Utensílios		334	-	(5)	339
Edificações		593	-	-	593
Terrenos		567	-	-	567
Veículos de Apoio		335	-	(25)	360
Frota de Ônibus		1.165	-	(90)	1.255
Software-Programas		168	-	(16)	183
Frota de Ônibus Novos		133.084	4.289	(12)	128.807
Benefitorias		700	-	-	700
Moveis e Utensílios ADM		-	-	-	-
<b>Depreciação Acumulada</b>		<b>(94.521)</b>	<b>(13.715)</b>	<b>- 156</b>	<b>(80.962)</b>
Equipamentos/Instalações		(696)	(36)	21	(681)
Moveis e Utensílios	10% a 40%	(275)	(20)	5	(261)
Edificações	4%	(229)	(24)	-	(206)
Veículos de Apoio	7% a 20%	(330)	(10)	25	(345)
Frota de Ônibus	8% a 25%	(1.165)	-	90	(1.255)
Software-Programas		(168)	-	16	(183)
Frota de Ônibus Novos		(91.449)	(13.598)	-	(77.851)
Benefitorias em Propriedade de Terceiros		(209)	(28)	-	(181)
<b>Reavaliação</b>		<b>6.979</b>	<b>(83)</b>	<b>-</b>	<b>7.062</b>
		<b>9.383</b>	<b>- (1.077)</b>	<b>-</b>	<b>10.459</b>
Equipamentos/Instalações		175	-	(28)	203
Moveis e Utensílios		42	-	(3)	45
Edificações		2.612	-	-	2.612
Terrenos		5.609	-	-	5.609
Veículos de Apoio		99	-	(16)	115
Frota de Ônibus		805	-	(1.024)	1.829
Software-Programas		41	-	(6)	46
<b>Depreciação Acumulada</b>		<b>(2.404)</b>	<b>(83)</b>	<b>- 1.077</b>	<b>(3.398)</b>
Equipamentos/Instalações	1,3% a 70%	(175)	-	28	(203)
Moveis e Utensílios	10% a 40%	(42)	-	3	(45)
Edificações	2% a 4%	(1.242)	(83)	-	(1.159)
Veículos de Apoio	7% a 20%	(99)	-	16	(115)
Frota de Ônibus	8% a 25%	(805)	-	1.024	(1.829)
Software-Programas		(41)	-	6	(46)

**10. Fornecedores**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Fornecedores	8.525	6.554

A Administração da Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31 de dezembro de 2019 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras.

O vencimento das obrigações com fornecedores esta limitado no prazo de 12 meses.

**11 Salários e encargos sociais**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
INSS	2.180	747
FGTS	483	239
Salários a pagar	2.022	2.024
Provisão de férias	2.008	2.296
	<b>6.693</b>	<b>5.306</b>

**12 Impostos e contribuições a recolher**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Circulante</b>		
COFINS	3	3
PIS/PASEP	1	1
ISQN (a)	7.957	7.905
REFIS MUNICIPAL-ISSQN Parcelamento	5.132	4.857
INSS Retenções	17	2
Outros Impostos e contribuições a recolher	1.049	908
	<b>14.159</b>	<b>13.676</b>
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Não Circulante</b>		
Parcelamento PGFN LEI 11.941 (b)	2.471	814
Parcelamento PGFN LEI 12.996/14 (b)	3.219	1.183
Parcelamento convencionada INSS	2.423	3.134
Parcelamento IPTU	-	122
	<b>8.113</b>	<b>5.253</b>

A Companhia discuti na justiça a legalidade da incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza sobre a receita da prestação de serviços no transporte coletivo de passageiros. Conforme parecer dos consultores jurídicos, a Companhia tem grandes possibilidades de êxito nas ações que discutem o mérito da questão.

Em 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT nos termos da Lei 13.946 de 24 de outubro de 2017, com o objetivo de inclusão e liquidação dos débitos inscritos na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, mediante benefícios com a redução de juros, multas e encargos legais, bem como a utilização de créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido.

Em 2018, na data da consolidação, em decorrência de problemas no sistema na PGFN, os débitos da Companhia não ficaram disponíveis no site e por esse motivo não foram consolidados. A Administração tomou as providências para que ocorresse a consolidação manual mediante pedido administrativo que se encontra sob análise, com o objetivo de inclusão dos débitos, nos termos da Lei 13.946/2017.

Esses débitos ainda figuram como pendentes de liquidação no site da PGFN e por esse motivo em 31 de dezembro de 2019 a Administração optou pelo reconhecimento no Passivo Não Circulante, como se devidos em contrapartida do resultado do exercício de 2019, conforme demonstrados nas Notas Explicativas 15.(c) e 15.(d).

Os benefícios das reduções legais previstas na Lei, reconhecidos anteriormente, serão apropriados no período da efetiva da consolidação manual do parcelamento.

**13 Contas a pagar**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Contas a Pagar Filial (a)	2.507	2.507
Acordos Judiciais	316	5
CIA Metropolitana de Transportes	4.429	4.036
SANEAGO	233	233
Outras	132	508
	<b>7.617</b>	<b>7.289</b>

Refere-se a despesas diversas geradas pela administração do Transporte Alternativo, instituído no exercício de 2003. Os resultados para fazer face àquelas despesas em montante igual encontram-se escriturados no ativo circulante.

**14 Provisão para contingências**

Conforme as avaliações de êxito fornecidas pelos assessores jurídicos e também das avaliações da administração da Companhia, foi constituída provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, conforme a seguir:

	2019		2018	
	Prognóstico de perda provável	Depósitos judiciais	Contingências líquidas de depósitos judiciais	Contingências líquidas de depósitos judiciais
Cíveis	14.896	-	14.896	12.813
Trabalhistas	2.077	814	1.263	1.215
	<b>16.973</b>	<b>814</b>	<b>16.159</b>	<b>14.028</b>

Em 31 de dezembro de 2019, o montante das contingências classificadas como "perda possível" por nossos assessores jurídicos, o qual não foi registrado provisão para riscos em conformidade com as regras contábeis vigente é de aproximadamente R\$ 10.052 mil para ações cíveis e R\$ 567 mil para ações trabalhistas.

A movimentação da provisão para perdas prováveis é como segue:

	2018			2019				
	Inicial	Transf.	Adições	Final	Inicial	Transf.	Adições	Final
Cíveis	12.137	-	676	12.813	12.813	-	2.083	14.896
Trabalhistas	1.001	-	214	1.215	1.215	-	862	2.077
	<b>13.138</b>	<b>-</b>	<b>890</b>	<b>14.028</b>	<b>14.028</b>	<b>-</b>	<b>2.945</b>	<b>16.973</b>

**15 Composição das contas de resultado**

**Receita líquida de vendas de serviços**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Receita bruta de vendas de serviços	80.915	77.533
Impostos sobre as vendas	(1.638)	(1.554)
	<b>79.277</b>	<b>75.979</b>

Conforme artigo 1º da Lei 12.860 de 11 de setembro de 2013, as alíquotas do PIS e COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte público coletivo municipal de passageiros, por meio rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário foram reduzidas a zero.

Conforme inciso III do artigo 7º da Lei 12.546/11, a partir de janeiro de 2012 o INSS parte Empresa passou a ser apurado com base na receita da prestação de serviços de transporte passageiros à alíquota de 2%.

**(a) Receita bruta de vendas de serviços**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Eixo anhanguera	1.642	282
Sistema de vale transporte	67.554	66.474
Repasse semi - urbano	10.442	9.533
Permissionários	1.277	1.244
	<b>80.915</b>	<b>77.533</b>

**(b) Custos dos serviços vendidos**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Trafego (b1)	(61.154)	(78.052)
Manutenção Setransp	(11.338)	(10.684)
	(5.308)	(5.340)
	<b>(78.000)</b>	<b>(94.076)</b>

**(b1.) Trafego**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Pessoal	(20.591)	(24.643)
Materiais	(17.165)	(17.438)
Depreciação	(13.799)	(12.702)
Serviços de Terceiros	(4.728)	(2.765)
Consórcio REDMOB	(4.871)	(20.504)
	<b>(61.154)</b>	<b>(78.052)</b>

**Despesas administrativas e tributárias**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Salários, encargos Sociais e outras	(12.828)	(12.221)
Materiais diversos	(807)	(752)
Outros serviços de terceiros	(1.725)	(1.827)
Parcelamentos PGFN 11941/09-12996/14	(2.578)	-
Outras despesas	(872)	(535)
	<b>(18.810)</b>	<b>(15.335)</b>

**(d) Despesas financeiras**

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Multas e Juros (*)	(2.967)	(1.997)
Outras despesas financeiras	(87)	(190)
	<b>(3.054)</b>	<b>(2.187)</b>

Refere-se basicamente a atualização monetária de impostos e contribuições federal.

**16 Patrimônio líquido**

**Capital autorizado**

A Companhia esta autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 224.493 mil, mediante deliberação do conselho de administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preços de emissão. Esse valor equivale a uma quantidade total de 224.493 ações autorizadas, com valor nominal de R\$ 1, por ação.

**Capital subscrito e integralizado**

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 221.702.

**17 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar

fornecedores.

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são demonstrados por categoria. Demonstramos:

**Ativos financeiros**

	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	529	57
Contas a receber	16.310	16.441
	<b>16.839</b>	<b>16.498</b>

**Passivos financeiros**

	2019	2018
Fornecedores	8.525	6.554
Contas a pagar	7.617	7.289
	<b>16.142</b>	<b>13.843</b>

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores contábeis, não representam variações significativas em relação aos valores justos.

**Gerenciamento de riscos:**

Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Companhia são expostos a seguir:

Risco de liquidez: o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em função de realização e liquidação de seus direitos e obrigações. O gerenciamento de liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pela área de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e aportes de capitais dos acionistas, quando necessário, seja suficiente para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

**18 Eventos subsequentes – Efeito da COVID-19 nas demonstrações contábeis**

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência global em razão da disseminação do COVID-19. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico.

O Estado de Goiás, em atenção às orientações do Ministério da Saúde, publicou o Decreto nº 9.633 de 13 de março de 2020, e reconheceu, igualmente, o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN, impondo confinamentos e outras restrições para combater o vírus e diversas empresas reduziram suas operações. O impacto final na economia global ainda é incerto.

A administração da Companhia vem gerenciando o tema da COVID-19 e estabeleceu alguns processos de monitoramento dos acontecimentos e avaliação regular da situação visando mitigar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações:

**Cuidado com os colaboradores**

A administração implementou: (i) medidas internas priorizando a saúde dos colaboradores de risco como os portadores de doenças crônicas e com idade superior a 60 anos, colocando colaboradores de férias, (ii) editou a Resolução nº 01/2020, que determinou a flexibilização da jornada de trabalho, estabelecendo o regime de revezamento no âmbito administrativo da Companhia, (iii) na área operacional, adotou sistemas de escalas, revezamento de turnos e alterações de jornadas, para reduzir fluxos, contatos e aglomerações de trabalhadores e usuários do transporte público de passageiros, de acordo com o Decreto nº 9.633 de 13/03/2020 do Governo do Estado de Goiás, (iv) adaptação das instalações físicas para dispor de mais espaço entre as pessoas e facilitando a circulação, e (v) intensificou as rotinas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais.

**Impactos econômico-financeiros – prestação de serviço considerado essencial.**

A atividade operacional da Companhia é considerada essencial, portanto, continua operando com a prestação de serviços no transporte coletivo de passageiros na região de Goiânia e região Metropolitana de Goiânia.

A Metrobus realizou algumas ações de adequação de estrutura, são elas:

**Situação econômica financeira**

Durante os meses de março, abril, maio e meados de junho de 2020 as receitas da Companhia foram reduzidas em aproximadamente 55% em relação ao mesmo período do exercício anterior. Neste sentido, a Companhia intensificou os programas de redução de gastos para adequar a estrutura de custos e sua geração de caixa, com acompanhamento diário.

O Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Goiânia – Set, o qual a Companhia é filiada, formalizou pedido junto ao Poder Concedente para obter auxílio emergencial, especificamente nesse período.

**(iii) Concessões anunciadas pelos governos municipais, estaduais e federal**

Os governos municipais, estaduais e federal anunciaram diversas medidas de combate aos impactos negativos da COVID-19. Principalmente o governo federal com emissão de medidas provisórias, decretos e leis concedendo descontos e prorrogações de pagamento de impostos e contribuições sociais. A Companhia aderiu parcialmente a esses programas, de modo que está pagando normalmente parte dos tributos e parte de algumas contribuições serão pagas de acordo com o cronograma especial estabelecido pelo governo.

Em atendimento ao CPC 24 – Evento Subsequente, a Administração da Companhia informa que ainda não é possível identificar alteração significativa nas atividades. Portanto, continua permanentemente avaliando a evolução da crise e os impactos que poderão ocorrer para isso, avalia que eventuais ajustes poderão ser necessários no futuro.

A administração da Companhia tem priorizado a continuidade dos negócios e preservação do seu ambiente operacional e de seus parceiros, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

A Administração declara que, aprovou e esta de acordo com as Demonstrações Contábeis apresentadas, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

**PAULO CÉZAR REIS**  
Diretor Presidente

**MIGUEL ELIAS HANNA**  
Diretor Financeiro

**ANTÔNIO MÁRCIO MIGUEL**  
Gerente de Contabilidade/Assessor da Presidência

**VALDIVINO CORREIA DA SILVA**  
Contador CRC/GO. Nº 9410

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2019, compreendendo: Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, as Mutações do Patrimônio Líquido e o Fluxo de Caixa, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas. Com base no Relatório da Auditoria Independente, concluíram que os documentos examinados traduzem, realmente, a situação patrimonial e financeira da Empresa, estando estes, em condições de serem submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, em consonância com o Art. 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Goiânia, 03 de julho de 2020

**PAULO VIEIRA**  
Membro

**LUIZ GUSTAVO SÓCRATES VASCONCELLOS**  
Membro

**GIULIANO PASSOS CARDOSO**  
Membro

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os membros do Conselho de Administração da METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, analisou e aprovou as Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2019, compreendendo: Balanço Patrimonial, a Demons-

tração de Resultados do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, as Mutações do Patrimônio Líquido e os Fluxos de Caixa, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas. Tomando como base o Relatório da Auditoria Independente, concluíram que os documentos examinados traduzem a situação patrimonial e financeira da Empresa, estando estes, em condições de receberem aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Goiânia, 06 de julho de 2020

**DORCILIO RABELO**  
Presidente do Conselho

**JOSÉ RUBENS MAGNINO**  
Membro

**RONAN ABREU REIS**  
Membro

**ANTENOR MITO FILHO**  
Membro

**LISANDRO COGO BE**  
Membro

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

Aos Administradores, Acionistas e Conselheiros da

**Metrobus Transporte Coletivo S.A.**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Metrobus Transporte Coletivo S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metrobus Transporte Coletivo S.A., em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Metrobus Transporte Coletivo S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

**Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que descreve que a Companhia vem apresentando sucessivos prejuízos operacionais e apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 19,045 mil em 31 de dezembro de 2019. A manutenção da atividade operacional da Companhia depende fundamentalmente, da reestruturação operacional, administrativa e financeira. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

**Outros Assuntos**

Conforme nota explicativa 1, em 20 de abril de 2011, a companhia celebrou novo contrato de concessão para a exploração dos serviços de transporte coletivo de passageiros. As garantias exigidas contratualmente, não foram, até a data de emissão deste relatório, entregues ao poder concedente, Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo – CMTC.

Através do Ofício nº 599/11-DP/GAB, datado de 18 de agosto de 2011, a Companhia solicitou ao poder concedente prorrogação do prazo para a apresentação das referidas garantias, e até a data de emissão desse relatório, o poder concedente não havia se manifestado sobre o assunto.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Metrobus Transporte Coletivo S.A., continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 16 de junho de 2020.

**PRIME**  
Auditores Independentes S/S  
CRC-2-SP 023.478/O-7-S-GO

**José Francisco Firmino**  
Contador  
CRC-1-SP 196.425/O-8-S-GO